

TRAUMA COMO INTERRUPÇÃO E ÉTICA PSICANALÍTICA COMO ENLACE

Grupo de Trabalho Faces do Traumático: Camila Munhoz, Carolina Garcia, Clarissa Motta, Cristiane Lopes, Evelyse Freitas, Flavia Steuer, Inés Tassinari, Julia Catani, Juliana Wierman, Lilian Carbone, Maria Angelina Cabral, Marina Singer, Myriam Uchitel, Maria Lucia Paiva, Tânia Corghi Veríssimo.

Coordenadora: Myriam Uchitel

O Grupo Faces do Traumático do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, iniciado em março de 2014, tem como proposta o aprofundamento do conceito de trauma nas suas vertentes teórico-clínicas e objetiva compreender e intervir no fenômeno traumático em suas múltiplas expressões.

Depois de uma passagem por textos freudianos, com o interesse em acompanhar a trajetória do trauma e suas vicissitudes na obra, passamos à leitura de autores contemporâneos como Silvia Bleichmar, Mariana Wikinski e Juan Carlos Agüero.

Partindo da compreensão de que o trauma é aquilo que não encontrou enlace nem no psiquismo, nem no social, nos perguntamos, como propiciar esse enlace como psicanalistas e também como cidadãos?

Pensamos que as relações entre psicanálise e política nos colocam de imediato num campo em que a ética frente ao sofrimento é o ponto de enlace, o ponto de intersecção entre ambas, porque como dizem Mardones e Reyes Mata (2003) “Se retiramos o olhar da dor das vítimas deixamos de alimentar o pensamento que nutre a verdadeira ética”. Ética política, diríamos, e ética psicanalítica.

Acreditamos na psicanálise e na política, como ferramentas transformadoras de modalidades que sustentam e perpetuam determinados lugares subjetivos, certos tipos de laços sociais e vínculos sócio-políticos. Acreditamos também nelas como espaços de produção de subjetividade, de recomposição subjetiva, de produção de afetos e de experiências desalienantes das nossas sobre-determinações sócio-econômico-culturais.

Se pensamos com Freud que a condição traumática traz o sentimento de angústia e a eminente condição de desamparo, teremos que enfrentá-la onde ela se encontra: na ‘ameaça da morte violenta’; no perigo desmedido; na ausência de perspectiva, de esperança, de futuro; na paralisia; no desmantelamento dos laços coletivos; no confronto com a crueldade. Desde o extremo exemplo dos campos de concentração, campos de

extermínio, não só da Segunda Guerra, mas dos atuais campos, do atual trabalho escravo, dos atuais genocídios, dos campos de refugiados; até as catástrofes naturais, que cada vez têm menos de naturais e mais de intencionalidade ou inoperância humana, ali onde o humano deveria ser operante.

Hoje, 2016, África, Oriente Médio, Europa, os Bálcãs, enfim, o mapa do mundo traz dramáticos pontos de horror, de sangue, de fome genocida. Em escala nacional, também temos nossos pontos: os centros das cidades, por exemplo, onde se concentram os efeitos desumanos da marginalização, da criança abandonada, das drogas, do desemprego, da pobreza; da violência suicida ou homicida; ou ainda quando se constata os descasos humano-ambientais como Belo Monte no Pará, Mariana em Minas Gerais e Tapajós (por enquanto em suspenso). *Densa matéria prima para a produção do traumático!* Traumático no sentido da desproporção entre o evento e a possibilidade de metabolização; entre o evento e os efeitos desagregadores e dessubjetivantes; traumático na medida em que afeta, como Silvia Bleichmar (2003) escreve, os dois grandes aspectos da organização do ego: a auto-conservação, em termos da biologia e da representação da vida e seus riscos, e a autopreservação, quando o homem se vê ameaçado em termos de seus próprios enunciados identificatórios.

Na busca de uma psicanálise comprometida com o sofrimento, com a mudança, com o ônus de uma transgeracionalidade histórica desigual, injusta e impiedosa, nos propusemos pensar e “produzir experiências” que permitam refletir e implementar respostas.

A partir do segundo semestre de 2015, em especial três situações ocuparam nossa atenção e provocaram importantes reflexões: o filme Os Fantasmas do Terceiro Reich”; a visita de dois membros do grupo à Altamira, onde estava sendo construída a Hidrelétrica de Belo Monte; e por último, o livro “Los Rendidos. Sobre el don de perdonar”, em que o peruano Juan Carlos Agüero faz um balanço das implicações psico-sociais, como filho de pais militantes de Sendero Luminoso, executados extra-ducialmente .

I. Apresentado pela diretora Cláudia Sobral, a convite de um dos membros do grupo, o filme “Os Fantasmas do Terceiro Reich” traz os relatos de três descendentes de oficiais nazistas e os efeitos que a herança da história familiar produziu neles.

FILME: 3'aprox.

O Filme propiciou reflexão e novos olhares sobre o trauma. Descristaliza posições, embaralha campos: o campo do traumático; o campo do algoz, o campo da vergonha, da humilhação e da vítima. O que podemos chamar de traumático nessa história? Quem carrega a vergonha? Quem a humilhação? Quem a culpa? Quem é a vítima?

O trauma atravessa as gerações que o multiplicam. Com nitidez apavorante, o filme coloca que não há escapatória, o trauma não se circunscreve, não se delimita a uma realidade individual, intrapsíquica; ele faz parte de uma realidade compartilhada. Não há, portanto, saída individual para o trauma, ele só pode ser processado na intersubjetividade, no interspíquico.

O trauma não se restringe aos atores da cena, ele se perpetua na transgeracionalidade, se eterniza e reaparece em novos cenários: sob a forma do ato, da intolerância, do silêncio, da cripta, da vergonha, da vingança, da dor ou da culpa pelos atos das gerações passadas.

O traumático como acontecimento imprevisível e de grande intensidade, pega o psiquismo de surpresa, despreparado simbolicamente para poder absorvê-lo. Como consequência, ele não se integra ao resto da história do sujeito. Fica isolado, alheio ao psiquismo, sem conexões, sem palavras, nada além das sensações, das compulsões repetitivas, das marcas no corpo, dos sonhos traumáticos e da pulsionalidade silenciosa ou estridente, mas mortífera.

Precisamos romper o círculo de violência e de vingança. Insistir nele é fixar lugares, é exigir que as identidades não se movam. Será que as gerações subseqüentes nascem com dívida e têm o dever e a obrigação de pagar pelo que outros fizeram? Será que a herança consanguínea ou cultural é definitiva? Não seria esse um determinismo conservador que condena ao velho, o novo futuro? Que condena ao lugar de algoz, quem em realidade pode ser vítima? A busca de justiça sem consideração, como diz Agüero (2015), não nos torna também injustos?

II. Altamira foi um segundo eixo motivador. Por volta do último trimestre do ano passado, a jornalista Eliane Brum buscou no Sedes a possibilidade de ser ouvida na sua legítima e sensível preocupação pelas consequências psíquicas que a construção da Hidrelétrica de Belo Monte, no Estado de Pará, em Altamira, estava produzindo sobre a

população da região. Os habitantes, segundo ela, viram-se surpreendidos por um projeto que não contabilizou suficientemente o fator humano, a sensibilidade de quem vive na região e, de uma tacada só, os privou das atividades de sustento, das fontes de trabalho, das redes familiares e sociais, dos vínculos fraternos, das relações de vizinhança construídas durante décadas, e também das suas moradias, que embora precárias, eram reconhecidas como próprias.

A mobilização do nosso grupo frente ao testemunho do que ali acontecia fez com que decidíssemos que duas integrantes se deslocassem até o Estado do Pará, o que aconteceu por um breve período de 4 dias. Queríamos compreender o que representava para a população as transformações trazidas pela Usina. Foram ouvidas pessoas que apostavam nas prometidas melhorias vindas do ‘progresso’; outras precisavam recomeçar suas vidas, marcadas por perdas significativas advindas da construção da Usina. Houve um encontro com integrantes do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) que cumpre um papel fundamental, hoje insubstituível, nas mobilizações, representações e no sustento das reivindicações de garantias de direitos. A cidade ficou muito afetada, não só em suas condições materiais, mas nas inúmeras dificuldades relacionadas ao assédio sofrido por mulheres, numa cidade tomada por um exército de homens. Denúncias de exploração sexual infantil, cárcere privado e tráfico de pessoas tornaram-se corriqueiras. Soma-se a isso, o impacto na vida das mulheres pelas gestações não planejadas, fruto de relacionamentos passageiros com trabalhadores da Usina e o posterior abandono. O excesso de álcool, o aumento da criminalidade, das drogas e dos traficantes compunham também o cenário.

IMAGENS 30’’ aprox.

Como resultado dessa visita, produzimos um relatório que foi enviado ao MAB e outro ao CFP (Conselho Federal de Psicologia) com a intenção de que esse órgão pudesse organizar um amplo debate a respeito do tema. Pensamos também, e sugerimos, sobre a importância da introdução de um capítulo específico nos Estudos de Impacto Ambiental (EIA/rima), que contemple a dimensão psico-social, na implementação desse tipo de obra que altera radicalmente as condições de vida de determinadas comunidades, que deveriam não só ser consideradas, mas incluídas no processo de transformação.

Como podemos conceitualizar o cenário presente no Filme “Os Fantasmas do Terceiro Reich” e em Altamira-Belo Monte? Catástrofe? Catástrofe social ou histórica? Trauma social ou coletivo?

Com essas inquietações, saímos na busca de bibliografia que pudesse orientar essas questões.

Entre os vários textos importantes, o livro “Clínica Psicanalítica ante as Catástrofes Sociais”, fruto de um evento do mesmo nome realizado em Buenos Aires em 2003, resultou particularmente útil e estimulante.

Se no dicionário Aurélio catástrofe “é um acontecimento súbito, de conseqüências trágicas e calamitosas”(…) “um grande desastre ou desgraça”, no livro citado, S. Bleichmar (2003, pág.25) propõe o termo catástrofe social ou histórica para se referir a comoções, que incluem fatores econômicos, sociais e políticos. A catástrofe não define, para ela, um momento agudo, disruptivo, mas um acontecer crônico, diferente de uma ruptura abrupta da realidade, do impacto do puro horror, cujo efeito produz sensações de surpresa e perplexidade coletiva. Cada vez mais, diz ela, as catástrofes sociais ou históricas são vistas com naturalidade, “como algo da ordem do impossível de ser enfrentado” (p.35); entendendo, por sua vez, o traumatismo como o resultado da incidência singular dessas catástrofes padecidas coletivamente. Ela enfatiza a realidade como produtora de patologia, cuja intensidade depende: da posição do sujeito frente ao traumatismo; das formas primeiras de simbolização espontânea; das possibilidades de ir re-significando, articulando e integrando o acontecido; e também, de como o ocorrido se inscreve no imaginário coletivo e das respostas que são possíveis de organizar .

Lewcowicz (2003) no mesmo livro mencionado, relaciona trauma, acontecimento e catástrofe.

Compartilhamos com ele tanto a noção de que o trauma é o que melhor explica os movimentos psíquicos, como sua colocação do trauma como impasse. Ele acredita que dependerá do processamento do traumatismo, a possibilidade de que ocorram mudanças no aparelho psíquico que permitam dar origem *ao acontecimento* (retorno a modos de funcionamento presentes antes do trauma), ou que o trauma, na impossibilidade de se processar, se perpetue como catástrofe.

Pensamos que o trabalho com o trauma, que comporta fundamentalmente reconhecimento, testemunho do sofrido, ligação de afetos, construção e “recomposição simbólica”, pode não só permitir a saída da situação traumática, como também avançar na

direção do inédito. Temos aqui o trauma não só na sua condição implosiva, mas também, no seu potencial de produzir mudanças.

O Filme de Cláudia Sobral, o texto de Juan Carlos Agüero e Belo Monte, inspiram saídas que tratam de respeito, simbolização, reparação e mudança. O trabalho com o trauma, mais do que uma técnica específica, requer de uma ética. A ética frente ao sofrimento, da qual falávamos: ética na escuta, ética na fala. Uma postura ética, que como diz Agüero (2015), requer mais dúvidas do que certezas, e muito de humildade, modéstia e compaixão. Uma ética que se pergunte quanto é possível ouvir, quanto é possível falar, quando é necessário calar. Uma ética que pense também na neutralidade e na responsabilidade que cabe ao psiquismo e a realidade. Com o cuidado, como alerta Pelento (2003), de que as fantasias e as pulsões não destituam a realidade da sua responsabilidade como produtora de patologia. Porque há realidades sociais, afirma ela, que “são destituíntes da subjetividade e não reveladoras de uma falha prévia” (Maria Lucia Pelento pág. 196).

A especificidade do trabalho do analista tem o compromisso de promover a saída do lugar de vítima, para quem nada mais resta além da vergonha, da humilhação ou da morte, como sugere Primo Levi, para um lugar no qual os efeitos atacantes, depredadores e dessubjetivantes da experiência traumática sejam transformados.

Trata-se, então, de construir enlaces. Enlaces que permitam:

- reconstrução de história;
- a construção de uma memória coletiva;
- a possibilidade de converter em lembrança a compulsão à repetição;
- e de encontrar o elo que permita dar continuidade à interrupção brusca e traumática da existência.